

Economia & Mercado

OUTUBRO 2013 WWW.ECONOMIAEMERCADO.SAPO.AO

Segurança Social Excedentes em declínio

Entre 2009 e 2012, e apesar de se ter registado um aumento nas receitas provenientes das contribuições, os excedentes do Instituto Nacional de Segurança Social (INSS) registaram uma quebra, evidenciando o aumento das despesas com as prestações sociais. Não

obstante esta situação, a qual, segundo especialistas, põe em risco a sustentabilidade deste serviço num futuro não muito distante, caso nada seja feito para aumentar a arrecadação de receitas, o coordenador do Plano de Qualidade e Sustentabilidade (PQS) do INSS, que nos concedeu esta entrevista tardiamente por questões de saúde (devia ter sido incluída no tema de capa da edição passada), garante

estarem a ser redireccionadas as actuações das autoridades, sendo que é fundamental que se aposte também na cobrança, na recuperação da dívida e numa fiscalização eficaz.

Sebastião Vemba
sebastiaovemba.
economiaemercado@gmail.com



Segurança Social Excedentes em declínio

Entre 2009 e 2012, e apesar de se ter registado um aumento nas receitas provenientes das contribuições, os excedentes do Instituto Nacional de Segurança Social (INSS) registaram uma quebra, evidenciando o aumento das despesas com as prestações sociais. Não obstante esta situação, a qual, segundo especialistas, põe em risco a sustentabilidade deste serviço num futuro não muito distante, caso nada seja feito para aumentar a arrecadação de receitas, o coordenador do Plano de Qualidade e Sustentabilidade (PQS) do INSS, que nos concedeu esta entrevista tardiamente por questões de saúde (devia ter sido incluída no tema de capa da edição passada), garante estarem a ser redireccionadas as actuações das autoridades, sendo que é fundamental que se aposte também na cobrança, na recuperação da dívida e numa fiscalização eficaz.

Sebastião Vemba
sebastiao.vemba@economiaemercado@gmail.com

Em 2012, e de acordo com o coordenador do Plano de Qualidade e Sustentabilidade do INSS, a entidade que gere a Segurança Social em Angola arrecadou mais de 732 milhões de dólares, contra uma despesa de 494,51 milhões, o que representa um excedente de 238,11 milhões de dólares. Porém, este valor é inferior ao de 2009, por exemplo, altura em que a instituição registou um saldo positivo de 252,70 milhões de dólares, em face de receitas na ordem dos 532 milhões dólares. O incremento na arrecadação de receita do INSS resulta das acções de expansão dos serviços de segurança social por todo país, as quais permitiram atingir a cifra de 1 191 655 contribuintes até Julho de 2013, contra os cerca de 800 mil registados em 2009.

Decomposto, o Sistema de Segurança Social angolano conta actualmente com 72 972 empresas contribuintes, cujas contribuições equivalem a 8% do imposto sobre o rendimento do trabalho, e 1 118 683 assegurados de quem

se desconta 3% do montante dos respectivos salários.

Questionado sobre se o actual número de contribuições satisfaz, nomeadamente considerando a dimensão do mercado de trabalho em Angola, bem como o ainda gritante peso do sector informal na economia, o coordenador do PQS do INSS, Manuel Moreira, esclarece que o Sistema de Segurança Social de Angola se dirige aos trabalhadores que estão inscritos e pagam as contribuições, ao passo que o cidadão que não esteja abrangido por este depende exclusivamente da solidariedade nacional e das medidas financiadas pelo Orçamento Geral do Estado.

Quanto à informalidade do mercado de trabalho, o responsável considera ser o inimigo número um dos sistemas de protecção social, sendo que esta "é uma preocupação para o Executivo, pois os trabalhadores que não estejam a contribuir para a sua própria protecção representam uma grande despesa para o Estado". De resto, reforça, "a formalização das



actividades profissionais é sem dúvida um dos maiores desafios do Governo nos próximos anos para assegurar a sustentabilidade do sistema e a coesão nacional. Temos que regular as actividades profissionais e ampliar os regimes pessoais de protecção social, a fim de integrar um maior número de pessoas na Segurança Social e, paralelamente, garantir que paguem religiosamente as suas contribuições. Se tal não se fizer, a longo prazo estamos a criar mais despesa para o Estado e maior dificuldade no desenho e operacionalização de medidas na protecção social de base”.

INSS detém 15% do BPC

Quando se fala sobre segurança social, uma das questões mais debatidas diz respeito à gestão e aplicação dos fundos do INSS, não só porque esta estratégia permite capitalizar e rentabilizar os activos financeiros, mas também porque contribui para uma maior sustentabilidade do sistema.

Sobre este assunto, Manuel Moreira defende que se perceba, à partida, que o INSS não é uma instituição financeira, apesar de ter uma forte componente nesta área, resultado da arrecadação das contribuições e do

Em 2012, o excedente da Segurança Social foi na ordem dos

238 milhões de dólares

contra os perto de 253 em 2009.

pagamento das prestações que faz mensalmente. Pelo contrário, e por ser um órgão de direito público, persegue fins fundamentalmente sociais, estando as suas linhas de força ao nível da capitalização dos activos assentes em políticas de investimento de carácter prudencial e pragmático.

Ou seja, “atendendo às características do mercado angolano, o INSS tem uma carteira de investimentos conservadora, própria dos regimes financeiros de repartição, diversificando a sua carteira em aplicações de depósito a prazo, por vários bancos comerciais, também tem aplicações no domínio imobiliário, bem como a detenção de 15% das acções do BPC”, revela Manuel Moreira.

Entretanto, em face dos dados disponíveis, o sistema nacional de segurança social é ainda essencialmente pagador, o que se verifica no crescente peso das despesas, resultante também do alargamento progressivo da cobertura pessoal e prestacional.

Sistema ainda sustentável

No essencial, de acordo com a fonte da Economia & Mercado, a Segurança Social em Angola enquadra-se num sistema de repartição simples, o que significa dizer que os actuais segurados pagam as pensões dos actuais pensionistas. “Por sermos um sistema novo, ainda temos mais segurados do que pensionistas”, atira Manuel Moreira, tendo acrescido que em Julho de 2013 havia 10,5 segurados para pagar uma pensão (taxa de dependência) e que os estudos actuais realizados anualmente e os balanços do INSS indicam que Angola possui um sistema de Segurança Social financeiramente estável e sustentável. Porém, o responsável defende ser crucial que todas as empresas paguem as suas contribuições.

“O Instituto Nacional de Segurança Social está atento a todos aqueles que são devedores. Inclusive, está em curso uma reforma organizativa, no sentido de sermos mais actantes junto às entidades empregadoras que não estejam inscritas ou não estejam a



► contribuir regularmente para o sistema, daí que não devemos falar em prejuízo, mas sim na falta de cumprimento da obrigação contributiva de algumas empresas que a qualquer momento deverão regularizar estas dívidas”, esclarece, respondendo à questão sobre as reduzidas receitas registadas em 2009, ano em que 80 empresas inscritas acumulavam dívidas avultadas. Instado a indicar alguns devedores, para além das empresas públicas já divulgadas, nomeadamente a Rádio Nacional de Angola, a Angola Telecom e o Jornal de Angola, o responsável retorquiu dizendo que, por uma questão de ética profissional, não pode avançar qualquer dado, mas garante que estão em curso medidas para tornar o controlo da arrecadação mais eficaz, bem como intensificar a fiscalização e a cobrança das empresas que não cumprem com suas obrigações junto à Segurança Social.

“E já que estamos a falar de ética, gostaria de chamar atenção a todas as entidades empregadoras incumpridoras que, quando assim agem, estão a fazer concorrência desleal porque têm menos custos, eventualmente terão maiores margens de venda e preços mais baixos, prejudicando o mercado, nomeadamente as empresas concorrentes, que, além dos custos de operação, têm custos com os encargos sociais que de certeza absoluta afectam a lucratividade das mesmas”, rebate. De resto, prossegue a fonte, e para tornar o sistema mais funcional, implementou-se a prestação de pré-maternidade, está-se a trabalhar no sentido de implementar a prestação de invalidez e majorou-se o valor das prestações sociais de funeral, abono de família e subsídio de aleitamento, ao contrário do avançado pelo secretário-geral da União Nacional dos Trabalhadores Angolanos (UNTA). “Não compreendo a questão levantada pela UNTA, na medida em que é uma prestação social vigente no sistema de Segurança Social que pagamos religiosamente a quem tem direito. Os trabalhadores, mãe ou pai, aquando do nascimento do filho, entregam à entidade empregadora a documentação

Até Julho de 2013 estavam registados no INSS

1 191 655
contribuintes

contra os cerca de 800 mil verificados em 2009.

”



O INSS tem uma carteira de investimentos conservadora, diversificando entre aplicações de depósito a prazo, por vários bancos comerciais, aplicações em imobiliário, bem como a detenção de 15% das acções do BPC”, revela Manuel Moreira.

exigida e esta tem 120 dias desde o nascimento da criança para requerer a prestação, que se for reconhecido o direito será pago directamente na conta do trabalhador”, esclarece Manuel Moreira.

Por outro lado, está-se a expandir a Segurança Social a nível nacional, provincial e municipal, bem como a modernizar a sua estrutura funcional e tecnológica. “Hoje, os trabalhadores inscritos na Segurança Social com as contribuições em dia seguramente recebem as prestações sociais a que têm direito em tempo útil, numa média de 20 dias”, garante Manuel Moreira, de acordo com o qual o Governo de Angola tem feito grandes investimentos na estruturação da Protecção Social Obrigatória do sector público, a fim de modernizar o sistema e proteger os seus trabalhadores e famílias.

“A estratégia da expansão material e pessoal, bem como a da adequabilidade do sistema, devem continuar e ser consolidadas nos próximos anos. Contudo, devemos também redireccionar a nossa actuação em medidas relacionadas com a arrecadação do sistema e, consequentemente, o aumento da sua receita. É fundamental actuarmos na cobrança administrativa, na dívida activa à Segurança Social e em acções eficazes de fiscalização”, defende o gestor.

É fundamental reforçar a fiscalização

Manuel Moreira assegura que o Executivo está atento às empresas que não contribuem para o sistema de Segurança Social, sendo que, neste âmbito, está a redireccionar a sua estratégia para, nos próximos anos, actuar particularmente ao nível da arrecadação de receitas. Assim, prossegue, é fundamental que neste domínio se venha a reforçar o sistema de cobrança do INSS, para além de se consolidar a identificação da dívida activa, ao mesmo tempo que se intensificam as acções de fiscalização às empresas em incumprimento e de cobrança coerciva. “Ir-se-á também reforçar as campanhas de sensibilização junto dos trabalhadores, na medida



► em que quanto maior for a consciência colectiva destes e das suas famílias para a importância do Sistema de Segurança Social, mais se estará a combater o incumprimento contributivo”, reforça. Quanto à forma como os segurados podem verificar se os seus descontos são depositados na conta do INSS, o interlocutor da Economia & Mercado aponta os canais de atendimento presencial disponibilizados pela instituição e o Portal de Segurança Social, em “Extracto de Segurados”, que, infelizmente, após algumas tentativas feitas pelos jornalistas deste órgão, não funcionou.

“Caso o trabalhador verifique que a entidade empregadora não está a efectuar os descontos, deverá deslocar-se a uma agência de atendimento para denunciar a situação e, neste ponto, o INSS acciona uma acção de fiscalização junto à empresa. O trabalhador possui um papel fundamental neste processo e é um grande suporte para nós”, afirma, tendo denunciado que, neste aspecto em particular, a maior parte dos contribuintes não cumpre o estatufdo no n.º 3 do artigo 13.º do Decreto 38/08, de 19 de Junho, em que se determina que “a entidade empregadora deve semestralmente prestar informações por escrito aos trabalhadores sobre a sua situação contributiva junto da Entidade Gestora da Protecção Social”. Por outro lado, o responsável reconhece que o quadro actual de fiscais do INSS não é suficiente para inspecionar as cerca de 73 mil empresas

inscritis no sistema. “Então, é natural concentrarmos os nossos esforços naquelas empresas com grande peso na arrecadação da Segurança Social”, justifica, depois de questionado sobre a razão de as grandes firmas serem o principal alvo dos fiscais. De ressaltar que o INSS está a implementar a “Guia Simples”, que eliminará o pagamento de contribuição pela “Guia Manual”, para que, progressivamente, se consolide a utilização da folha de remunerações electrónicas, permitindo que a instituição tenha uma maior clareza das empresas que não estão a cumprir com suas obrigações contributivas à Segurança Social, possibilitando desta forma uma acção de fiscalização mais eficiente e eficaz.

A “Folha de Remunerações” está em funcionamento desde 2007. No entanto, segundo o coordenador do PQS do INSS, muitas empresas ainda não estão a usar este instrumento, em muitos casos por falta de interesse, embora ainda existam algumas dificuldades no âmbito das telecomunicações, isto ao nível do país. Neste sentido, ainda de acordo com a mesma fonte, o INSS está a desenvolver o Sistema de Inscrição e Contribuição – SIC, que irá dar mais agilidade ao processo de inscrição, registo das remunerações, vínculo e desvinculação dos trabalhadores. Com este sistema, o contribuinte irá inserir num ficheiro local os dados que pretende e transmitir o ficheiro via internet para o INSS ou entregá-lo

numa das agências de atendimento. “Consideramos que este sistema, cuja implementação está prevista para 2014, irá permitir que os contribuintes efectuem com rapidez e segurança o registo de remunerações dos seus funcionários”, augura Manuel Moreira. Por fim, o nosso interlocutor lembra que aperfeiçoar o sistema de protecção social, reforçar a sua eficácia e garantir a sustentabilidade do mesmo tem sido um compromisso assumido pelo Executivo angolano e, nesse sentido, tem havido um forte investimento para modernizar e conferir qualidade ao sistema de Segurança Social, o que exige a implementação de medidas de política no sentido da extensão da sua cobertura, que sejam adequadas e, simultaneamente, assegurem a sustentabilidade do sistema, mas acima de tudo que promovam a sua boa governação.

Avaliando os mais de cinco anos de modernização do Sistema de Segurança Social, Manuel Moreira considera que os objectivos estão a ser cumpridos, na medida em que se aumentou a cobertura pessoal e material do sistema, “implementaram-se das mais modernas e avançadas tecnologias de informação e telecomunicação, reestruturaram-se áreas e foram acrescidas novas”, para além de terem sido adoptados processos de gestão das áreas de negócio e de suporte, assim como se investiu “fortemente no capital humano do Instituto, os quais estão capacitados para o exercício pleno das suas funções”. ■